

**Repom Instituição de Pagamento HUSA S.A.
(Anteriormente Denominada “Repom S.A.”)**

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre e Exercício
Findos em 31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Repom Instituição de Pagamento HUSA S.A. (Anteriormente Denominada “Repom S.A.”)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Repom Instituição de Pagamento HUSA S.A. (“Companhia” ou “Repom”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Repom Instituição de Pagamento HUSA S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about.

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Victor V. Z. Zavagli

Victor Vinicius Zanetin Zavagli
Contador
CRC nº 1 SP 289692/O-4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Apresentamos o Comentário de Desempenho das Demonstrações Financeiras da REPOM INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HUSA S.A. ("Companhia" ou "Repom") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Banco Central do Brasil ("BACEN") e do Comitê dos Pronunciamentos Contábeis ("CPC") quando aplicável.

A Repom faz parte do Grupo Edenred, uma instituição financeira "simplificada" no âmbito da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.682/13, que há mais de 50 anos, conecta empregados, empresas e comerciantes em uma rede positiva de confiança em que todos ganham. Por isso, o Grupo Edenred é líder mundial em soluções transacionais que oferecem maior poder de compra para os colaboradores, gerenciamento de despesas otimizados para as companhias e negócios adicionais para comércios e postos credenciados.

Somos uma instituição autorizada pelo BACEN para atuar como instituição de pagamentos na modalidade de emissora de moeda eletrônica. A Administração da Companhia atesta que tem capacidade econômica e financeira de converter os saldos de moeda eletrônica mantidos em conta de pagamento em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

Os resultados de 2023 refletem a dinâmica positiva dos nossos negócios de gestão de Frete e de Vale-pedágio, onde mantivemos um crescimento em volumes transacionados comparado com 2022 e 2021. Diversificamos o segmento de clientes em que atuamos com destaque para a indústria, além do agronegócio e transportadoras. Mantivemos nossa eficiência operacional que foi reflexo de uma boa gestão dos custos assim como da evolução da automação e digitalização dos nossos processos.

O crescimento da receita operacional é oriundo dessa boa dinâmica de negócios e do crescimento do nosso número de clientes.

A Companhia como líder no mercado de frete, em 2023 iniciou um importante passo que fortalecerá ainda mais o mercado de transporte de carga. Anunciamos em 2023 a combinação de ativos da Edenred Repom com a PagBem no mercado de pagamento de frete rodoviário no Brasil. Agora a empresa passa a ter aproximadamente 70% das atividades unificadas e o restante são dos atuais acionistas da PagBem. Unidas, as operações vão operar quase 10 milhões de viagens anualmente, contando com dois mil postos em rodovias e mais de quatro mil clientes corporativos. Com a novidade, ganhamos ainda mais escala e vamos oferecer o melhor em tecnologia ao mercado. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("Cade") já aprovou a operação e estamos aguardando a aprovação do Banco Central do Brasil (Bacen)"

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a confiança de todos os nossos clientes e dos nossos colaboradores que não medem esforços para o sucesso da Companhia.

REPOM INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HUSA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores em R\$ mil)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Disponibilidades	4	14.420	22.716	Depósitos	11	87.653	84.018
Instrumentos financeiros		93.345	145.969	Transações de pagamento a liquidar	12	10.179	97.341
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.2	90.779	144.023	Outras obrigações:		214.131	245.242
Títulos e valores mobiliários	5.1	2.566	1.946	Fornecedores	13	5.837	29.898
Rendas a receber	6	180.765	146.612	Contas a pagar a estabelecimentos	13	98.210	137.791
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	7	(5.494)	(7.321)	Obrigações por serviços de instituições de arranjo	13	6.127	3.450
Impostos a compensar	8.d	6.550	7.543	Obrigações trabalhistas	13	4.056	4.550
Despesas antecipadas		978	1.566	Sociais e estatutárias	13	71.521	36.463
Outras contas a receber		16.326	4.844	Fiscais e previdenciárias	13	4.148	6.058
Total do ativo circulante		306.890	321.929	Outras contas a pagar	13	24.232	27.032
				Derivativos a pagar	5.1	4.683	-
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante		316.646	426.601
Realizável a longo prazo:				NÃO CIRCULANTE			
Instrumentos financeiros		25.334	118.814	Provisões para ações judiciais	14	3.329	3.418
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.2	16.079	7.069	Impostos e contribuições diferidos	8.b	2.609	4.031
Títulos e valores mobiliários	5.1	9.255	111.745	Provisão para benefícios aos funcionários	15	499	688
Derivativos		-	-	Total do passivo não circulante		6.437	13.323
Créditos tributários	8.b	8.856	14.561	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado de uso	9	10.479	11.516	Capital social	16	27.897	27.897
(Depreciações acumuladas)	9	(8.499)	(9.447)	Reservas de capital	16.d	48.261	48.261
Intangível	10	120.708	107.182	Reservas de lucros		5.402	5.618
(Amortizações acumuladas)	10	(59.617)	(45.745)	Outros resultados abrangentes	16.e	739	(1.684)
Total do ativo não circulante		98.492	198.087	Total do patrimônio líquido		82.299	80.092
TOTAL DO ATIVO		405.382	520.016	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		405.382	520.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HUSA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores em R\$ mil, exceto lucro líquido por ações)

	Nota Explicativa	2023		2022
		2º Semestre	Exercício	Exercício Reapresentado
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	18	70.123	163.339	186.445
Resultado de intermediação financeira	18	6.581	16.637	23.789
Impostos sobre serviços	18	(6.478)	(15.732)	(18.610)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		<u>70.226</u>	<u>164.244</u>	<u>191.624</u>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19	(18.323)	(51.543)	(60.153)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		<u>51.903</u>	<u>112.701</u>	<u>131.471</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas de pessoal	19	(8.313)	(17.430)	(19.966)
Assessoria e representação	19	(8.701)	(14.259)	(8.240)
Depreciação e amortização	19	(7.339)	(14.807)	(14.128)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19	(1.954)	(2.358)	(3.962)
Participações estatutárias no lucro	19	(1.252)	(2.302)	(2.844)
Outras despesas administrativas	19	(1.005)	(1.377)	(5.504)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	19	(9.487)	(17.471)	(14.701)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>13.852</u>	<u>42.697</u>	<u>62.126</u>
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	20	7.161	13.674	4.997
Despesas financeiras	20	(2.301)	(5.271)	(10.372)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>18.712</u>	<u>51.100</u>	<u>56.751</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Correntes	8.a.	(4.633)	(13.129)	(17.627)
Diferidos	8.a.	(1.032)	(3.129)	(742)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		<u>13.047</u>	<u>34.842</u>	<u>38.382</u>
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL - R\$	21	3,55	9,47	10,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HUSA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores em R\$ mil)

	Nota Explicativa	2023		2022
		2º Semestre	Exercício	Exercício
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		<u>13.047</u>	<u>34.842</u>	<u>38.382</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		<u>909</u>	<u>2.423</u>	<u>(1.006)</u>
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:				
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - "hedge de fluxo de caixa"	16.e	1.073	3.369	(2.036)
Impostos e contribuições sobre os ajustes a valor justos de hedge de fluxo de caixa	16.e	(365)	(1.147)	692
Ajuste a valor justo de benefícios a empregados	16.e	304	304	512
Impostos e contribuições sobre os ajustes a valor justos de benefícios a empregados	16.e	(103)	(103)	(174)
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		<u>13.956</u>	<u>37.265</u>	<u>37.376</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HUSA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
Valores em R\$ mil

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reserva de lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reservas de Lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		27.897	48.261	2.658	1.041	(678)	-	79.179
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - "hedge de fluxo de caixa"	16.e	-	-	-	-	(1.344)	-	(1.344)
Ajuste a valor justo de benefícios a empregados		-	-	-	-	338	-	338
Dividendos intermediários distribuídos		-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	38.382	38.382
Constituição de reservas		-	-	1.919	-	-	(1.919)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(36.463)	(36.463)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		27.897	48.261	4.577	1.041	(1.684)	-	80.092
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023		27.897	48.261	4.577	1.041	(170)	21.795	103.401
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - "hedge de fluxo de caixa"	16.e	-	-	-	-	708	-	708
Ajuste a valor justo de benefícios a empregados	16.e	-	-	-	-	201	-	201
Dividendos intermediários	16.c	-	-	-	(1.958)	-	-	(1.958)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	13.047	13.047
Constituição de reservas		-	-	-	1.742	-	(1.742)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.c	-	-	-	-	-	(33.100)	(33.100)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		27.897	48.261	4.577	825	739	-	82.299
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		27.897	48.261	4.577	1.041	(1.684)	-	80.092
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - "hedge de fluxo de caixa"	16.e	-	-	-	-	2.222	-	2.222
Ajuste a valor justo de benefícios a empregados	16.e	-	-	-	-	201	-	201
Dividendos intermediários	16.c	-	-	-	(1.958)	-	-	(1.958)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	34.842	34.842
Constituição de reservas		-	-	-	1.742	-	(1.742)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.c	-	-	-	-	-	(33.100)	(33.100)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		27.897	48.261	4.577	825	739	-	82.299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HUSA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores em R\$ mil)

	Nota Explicativa	2023		2022
		2º Semestre	Exercício	Exercício Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do semestre/exercício		13.047	34.842	38.382
Ajustes de reconciliação entre o lucro líquido do semestre/exercício:				
Depreciação e amortização	9 e 10	7.339	14.943	14.128
Baixa de ativo imobilizado	9 e 10	-	(13)	18
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	(2)	15	770
Provisão para benefícios aos funcionários		189	189	159
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7	1.954	2.358	3.962
Provisão para participação nos resultados		1.252	2.302	2.844
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.032	3.129	742
Total dos ajustes de reconciliação		<u>24.811</u>	<u>57.765</u>	<u>61.005</u>
Decréscimo/acrécimo nos ativos e passivos operacionais:				
Instrumentos financeiros		53.408	146.104	(152.643)
Derivativos		211	1.719	1.869
Rendas a receber		(55.529)	(34.153)	(16.821)
Impostos a compensar		(73)	993	(45)
Despesas antecipadas		(118)	588	1.323
Outras contas a receber		(5.030)	(11.482)	58.706
Depósitos judiciais		(8)	(25)	(22)
Depósitos		(1.449)	3.635	16.874
Transações de pagamento a liquidar		1.033	(87.162)	(27.233)
Fornecedores		2.008	(24.061)	26.094
Contas a pagar a estabelecimentos		1.023	(39.581)	62.297
Obrigações por serviços de instituições de arranjo		2.317	2.677	(1.662)
Obrigações trabalhistas		1.728	(494)	(2.749)
Fiscais e previdenciárias		(2.953)	1.844	13.807
Outras contas a pagar		(1.101)	(2.767)	14.707
Impostos de renda e contribuição social pagos		(3.886)	(9.375)	(9.905)
Total de decréscimo/acrécimo nos ativos e passivos operacionais		<u>(8.419)</u>	<u>(51.540)</u>	<u>(15.403)</u>
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>16.392</u>	<u>6.225</u>	<u>45.601</u>
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição / Alienação de ativo imobilizado	9	(985)	(995)	(27)
Aquisição de intangível	10	(7.258)	(13.526)	(15.749)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		<u>(8.243)</u>	<u>(14.521)</u>	<u>(15.776)</u>
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Dividendos distribuídos e pagos	16.c	-	-	(13.392)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		-	-	(13.392)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>8.149</u>	<u>(8.296)</u>	<u>16.433</u>
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do semestre/exercício		6.271	22.716	6.283
No fim do semestre/exercício		14.420	14.420	22.716
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>8.149</u>	<u>(8.296)</u>	<u>16.433</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HUSA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Repom Instituição de Pagamento HUSA S.A. (“Companhia” ou “Repom”), sociedade anônima de capital fechado, iniciou suas operações em 1993 com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, 75, 18º andar, tendo como única acionista e controladora a Ticket Soluções HDFGT S.A., e ambas integram o Grupo Edenred, controlado pela Edenred Brasil Participações S.A.

A Companhia tem como objetivo a prestação de serviços no segmento de transportes rodoviários de cargas e logística, com atuação no controle e na gestão de logística, oferecendo soluções integradas para o controle e gerenciamento de todos os processos da cadeia de transportes rodoviários, otimizando as operações dessa cadeia como um todo.

A Companhia opera com uma ferramenta de gestão, controle e pagamentos aplicada à contratação de fretes e desenvolvida para melhorar a eficiência no controle das operações com frotas terceirizadas e agregadas, a qual permite acesso pela internet.

A Repom obteve em 30 de abril de 2019, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade de emissora de moeda eletrônica, concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

Em 19 de setembro de 2023, a Repom concluiu a assinatura de um acordo de combinação de ativos com a PagBem Serviços Financeiros e de Logística S.A. A transação foi realizada sem desembolso financeiro pela Repom, que terá aproximadamente 70% das atividades unificadas e o restante será dos atuais acionistas da PagBem. A operação já foi aprovada pelo CADE e aguarda aprovação do BACEN.

A combinação das operações da Repom e da PagBem fortalecerá a liderança do Grupo Edenred no mercado brasileiro de pagamento de frete e marca um novo passo na entrega de seu plano estratégico, expandindo ainda mais suas atividades para além da gestão de abastecimento no Brasil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN, quando aplicáveis.

A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – (“COSIF”), normas e Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020 do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo BACEN:

- CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro | Resolução CMN nº 4.144/12.
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos | Resolução CMN nº 4.924/21 e Resolução BCB nº 120/21.
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis | Resolução CMN nº 4.524/16.
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa | Resolução CMN nº 4.818/20.
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível | Resolução CMN nº 4.534/16.
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas | Resolução CMN nº 4.818/20.
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações | Resolução CMN nº 3.989/11.
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | Resolução CMN nº 4.924/21.
- CPC 24 - Evento Subsequente | Resolução CMN nº 4.818/20.
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 27 – Ativo Imobilizado | Resolução CMN nº 4.535/16.
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados | Resolução BCB nº 59/20.
- CPC 41 – Resultado por ação | Resolução BCB 02/20.
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo | Resolução N. 4.924/21
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente | Resolução N. 4.924/21

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as normas e instruções do BACEN, quando aplicáveis, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como:

- i) Valor justo de determinados ativos e passivos financeiros.
- ii) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito.
- iii) Prazo de vida útil do ativo imobilizado.
- iv) Prazo de vida útil de ativos intangíveis.
- v) Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de passivos contingentes.
- vi) Reconhecimento de créditos tributários, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo estes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas, sendo estas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas.

As demonstrações financeiras foram preparadas em reais (R\$), sendo essa a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pela Administração em 15 de março de 2024.

2.1. Novos pronunciamentos e alterações de pronunciamento técnicos.

A partir de 1º de Abril de 2023 entrou em vigor a Resolução BCB 246, que estabelece limites à tarifa de intercâmbio (TIC) e ao prazo de liquidação de operações de cartões pré-pagos e de cartões de débito:

- limite máximo de 0,5% aplicado à TIC em qualquer transação de cartões de débito.
- limite máximo de 0,7% aplicado à TIC em qualquer transação de cartões pré-pagos.
- O prazo para disponibilização dos recursos ao usuário final receptor (estabelecimentos comerciais) deve ser o mesmo entre esses dois instrumentos de pagamento.

2.2. Normas e alterações de normas já emitidas, que ainda não estão em vigor

- Resolução BCB nº 219, publicada em novembro de 2021, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de “hedge”) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Companhia está estudando os impactos previstos pela implementação da referida regulamentação.

Dentre as principais mudanças estão a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimentos de juros em caso de atraso, cálculo de taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. O plano de implementação do referido normativo está segregado em três fases:

- I. Governança: Criação de fóruns compostos por diferentes níveis hierárquicos dedicados à definição e acompanhamento da implementação;
- II. Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas da companhia; e
- III. Revisão das Estimativas: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

2.3. Reapresentação de saldos

A Companhia, na preparação das suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, revisou a classificação dos saldos com balanços patrimoniais, demonstração do resultado e demonstração de fluxo de caixa para melhor refletir suas naturezas e funções dentro de seu contexto operacional. Sendo que para fins de comparabilidade, a Companhia ainda optou por efetuar a reapresentação dos saldos apresentados comparativamente referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Tais reclassificações impactaram as rubricas de balanço de transações de pagamento a liquidar, contas a pagar a estabelecimentos e obrigações de clientes a transacionar, as linhas da demonstração do resultado de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e de outras despesas administrativas e na demonstração do fluxo de caixa as linhas de instrumentos financeiros em atividades operacionais e os saldos de caixa e equivalente de caixa. Assim, as seguintes reclassificações foram efetuadas, para fins de comparabilidade, nos saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Rubrica / Conta	31/12/2022		31/12/2022
	Anteriormente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Balanços Patrimoniais:			
Transações de pagamento a liquidar	97.656	(315)	97.341
Contas a pagar a estabelecimentos e obrigações de clientes a transacionar	137.476	315	137.791
	Exercício 2022		Exercício 2022
Rubrica / Conta	Anteriormente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Demonstração do Resultado:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	781	(4.743)	(3.962)
Outras despesas administrativas	(10.247)	4.743	(5.504)
Demonstração de Fluxo de Caixa:			
Ajustes de reconciliação entre o lucro líquido do semestre/exercício:			
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(781)	4.743	3.962
Decréscimo/acrécimo nos ativos e passivos operacionais:			
Instrumentos financeiros	(102.721)	(49.922)	(152.643)
RENDAS A RECEBER	(12.078)	(4.743)	(16.821)
Transações de pagamento a liquidar	(28.592)	1.359	(27.233)
Contas a pagar a estabelecimentos	63.656	(1.359)	62.297
Total de decréscimo/acrécimo nos ativos e passivos operacionais	39.260	(54.665)	(15.405)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício	100.385	(94.102)	6.283
No fim do exercício	166.740	(144.024)	22.716

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Disponibilidades

São representados por dinheiro em caixa, depósitos em instituições financeiras, aplicações em operações compromissadas, não estando sujeitos a um risco significativo de mudança no seu valor justo.

Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

c) Instrumentos financeiros – Circular BACEN Nº 3.068/01

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Negociação:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado.
- **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“accrual”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados são realizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.
- **Mantidos até o vencimento:** nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía títulos classificados na categoria “negociação”.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ("hedge") ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam:

- (i) Altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato.
- (ii) Considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza (circular BACEN nº 3.082/02): "Hedge" de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de "hedge" e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período.
 - "Hedge" de fluxo de caixa – a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A parcela não efetiva é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de "hedge" contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

d) Rendas a receber

São representados pelos valores a receber de clientes, que são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. São registradas também as provisões para créditos de liquidação duvidosa destes títulos, a qual é constituída considerando uma análise do risco de realização sobre os títulos vencidos e a vencer, de acordo com os critérios de perda esperada.

e) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas é constituída com base em uma análise do risco de realização sobre os títulos vencidos e a vencer, de acordo com os critérios de perda esperada.

f) Imobilizado de uso

Corresponde aos bens tangíveis próprios e às benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros destinados à manutenção das atividades da Companhia ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social. É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável dos ativos ("impairment"), quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear, considerando a vida útil estimada de uso para cada ativo, obedecendo as seguintes taxas anuais aplicadas: moveis e utensílios – 10%, máquinas e equipamentos – 10%, equipamentos de informática – 20%, benfeitorias em imóveis de terceiros – 20%, equipamento de telecomunicação – 10%.

g) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É reconhecido pelo seu valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável (“impairment”). A amortização do ativo intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente e de forma linear, ao longo da sua vida útil estimada, considerando as seguintes taxas anuais aplicadas: gastos com desenvolvimento – 14,29% e software 20%.

h) Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros

A Resolução CMN nº 4.924/2021 dispõe sobre procedimentos aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (“impairment”) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se há alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, não houve reconhecimento de perda por impairment durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

i) Depósitos

Os valores registrados na conta de depósitos, classificada no passivo circulante, são originados de recursos recebidos de terceiros a título de repasse para pagamento da Rede Credenciada. A Companhia atua como meio de pagamento no mercado de transportes, operando como agente de repasses, sendo registrado nessa conta apenas os movimentos operacionais de repasse, sem inclusão de taxas nem outro tipo de cobrança ou remuneração pelos serviços prestados; esses saldos são restritos às transações-fim e não podem ser utilizados para nenhum outro tipo de operação.

j) Transações de pagamento a liquidar

Os valores registrados na conta de recebimentos e pagamentos a liquidar referem-se a valores a pagar às instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento.

k) Outras obrigações

Os valores registrados no grupo de outras obrigações referem-se substancialmente a valores de contratos emitidos e transacionados disponíveis para serem repassadas para os postos credenciados, bem como antecipação de clientes a serem destinados aos respectivos fretes contratados. O grupo é composto também por contas a pagar para fornecedores, obrigações trabalhistas, dividendos a pagar, obrigações fiscais e previdenciárias e outros.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Companhia. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido.
- Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.
- Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) referem-se a demandas judiciais pelas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente.

m) Obrigações fiscais correntes e diferidas

- Correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Companhia é o lucro real.
- Diferidas: os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A alíquota vigente para as operações é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no País sobre lucros tributáveis, conforme previsto na legislação tributária desta jurisdição.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” diretamente no patrimônio líquido.

n) Benefícios a funcionários

Compreende o saldo referente ao benefício de pós emprego correspondente a extensão de plano médico, com elegibilidade à ex-funcionários da Repom, de acordo com a Lei 9.656/98, e observado os procedimentos estabelecidos no CPC 33.

o) Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

p) Resultados não recorrentes

A Resolução BACEN nº 2/20, dispõe sobre a divulgação de resultados não recorrentes, sendo eles considerados os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da instituição e; não estejam previstos para ocorrerem com frequência nos exercícios futuros.

Não foram identificados resultados não recorrentes auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro 2023 e em 31 de dezembro 2022, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia é composto pelos saldos a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Disponibilidades:		
Em moeda nacional	14.382	22.609
Em moeda estrangeira (i)	38	107
Subtotal	<u>14.420</u>	<u>22.716</u>
Total caixa e equivalentes de caixa	<u>14.420</u>	<u>22.716</u>

(i) Referem-se a valores disponíveis em dólar em conta bancária no exterior.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.1. Títulos e valores mobiliários

a) Em 31 de dezembro 2023 e em 31 de dezembro 2022, os títulos e valores mobiliários foram classificados como “disponíveis para venda”, composto pelos saldos apresentados abaixo:

a.1) Composição por classificação dos títulos e valores mobiliários

	31.12.2023		31.12.2022	
	Valor do custo amortizado	Valor de mercado contábil	Valor do custo amortizado	Valor de mercado contábil
<u>Disponível pra venda</u>				
Carteira própria:				
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (*)	11.821	11.821	113.691	113.691
Total	11.821	11.821	113.691	113.691

(*) Aplicações indexadas ao CDI, cuja remuneração foi de 97% até 100% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (98,5% até 100% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

a.2) Composição por vencimento

	31/12/2023			31/12/2022		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<u>Disponível para venda</u>						
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	2.566	9.255	11.821	1.946	111.745	113.691
Total	2.566	9.255	11.821	1.946	111.745	113.691

b) Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelos saldos apresentados abaixo:

b.1) Composição dos instrumentos financeiros derivativos

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor do custo amortizado	Valor de mercado / contábil	Valor do custo amortizado	Valor de mercado / contábil
Instrumentos financeiros derivativos – “Swap”	(4.383)	(4.683)	(1.519)	(5.186)
Total	(4.383)	(4.683)	(1.519)	(5.186)

b.2) Composição por vencimento

	31/12/2023			31/12/2022		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Instrumentos financeiros derivativos – “Swap”	(4.683)	-	(4.683)	-	(5.186)	(5.186)
Total	<u>(4.683)</u>	<u>-</u>	<u>(4.683)</u>	<u>-</u>	<u>(5.186)</u>	<u>(5.186)</u>

c) “Hedge”

As operações de derivativos da Repom têm como objetivo proteger e conter a volatilidade das aplicações financeiras que possuem taxas de juros indexadas ao percentual do CDI, através da estrutura de “hedge accounting”, obtendo a previsibilidade do seu fluxo de caixa e rentabilidade ao contratar operações de “swaps” que resultam em troca de rentabilidade CDI por uma taxa prefixada, o que caracteriza o “hedge” de fluxo de caixa.

O quadro a seguir apresenta resumo da estrutura de “hedge” de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

31/12/2023

Banco	Vencimento	Valor de referência (“notional”)	Banco	Companhia			Efetividade
			Indexador	Indexador	Juros a.a.	Diferencial a pagar	
Itaú	02/10/2024	70.000	100% CDI	Prefixada	9,76%	(4.683)	100,00%

31/12/2022

Banco	Vencimento	Valor de referência (“notional”)	Banco	Companhia			Efetividade
			Indexador	Indexador	Juros a.a.	Diferencial a pagar	
Itaú	02/10/2024	70.000	100% CDI	Prefixada	9,76%	(5.186)	100,00%

Em 31 de dezembro de 2023, a Repom não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos classificados como “hedge” de risco de mercado.

5.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, aplicações interfinanceiras de liquidez foram classificadas como “disponíveis para venda”, composto por LFT – Letra Financeira do Tesouro com os saldos apresentados abaixo:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor do custo amortizado	Valor de mercado/ contábil	Valor do custo amortizado	Valor de mercado/ contábil
Aplicações interfinanceiras de liquidez – LFT	14.897	14.897	7.069	7.069
Operações Compromissadas – letras financeiras do tesouro (i)	91.961	91.961	144.023	144.023
Total	106.858	106.858	151.092	151.092
	<u>2023</u>	<u>2022</u>		
Total Circulante	90.779	144.023		
Total Não Circulante	16.079	7.069		

- (i) Referem-se a operações compromissadas lastreadas em letras financeiras do tesouro e estão vinculadas a garantia dos saldos de moeda eletrônica, conforme determinada pela Resolução BCB nº 80/21.

6. RENDAS A RECEBER

São constituídas pelos valores a receber de curto prazo de clientes e rede credenciada relativos a prestações de serviço da Companhia, tais como: valores transacionados a receber de clientes e comissões sobre as operações de saque e frete, mensalidades, taxas relacionadas a cartões, tarifas bancárias, gestão de despesa e manutenção de serviços, bem como valores a receber referente a serviços prestados sobre as operações de pedágio eletrônico.

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes	180.765	146.612
Total	180.765	146.612

O saldo da rubrica “rendas a receber” por idade de vencimento é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	154.027	121.095
Vencidos:		
Até 30 dias	2.096	9.891
De 31 a 60 dias	14.429	8.131
De 61 a 90 dias	3.222	2.556
De 91 a 120 dias	317	603
De 121 a 180 dias	289	867
Acima de 180 dias	6.385	3.469
Total	180.765	146.612

7. PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A Repom realiza a provisão para fazer face às perdas prováveis em valores relativos às transações operacionais. A movimentação para os exercício findo sem 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está detalhada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>
Saldo em 31/12/2022	7.321
Adições	404
Baixas de créditos contra prejuízo	<u>(3.691)</u>
Saldo em 30/06/2023	<u>4.034</u>
Saldo em 30/06/2023	4.034
Adições	1.954
Baixas de créditos contra prejuízo	<u>(494)</u>
Saldo em 31/12/2023	<u>5.494</u>

8. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS

a) Reconciliação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):

	2º Semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	18.712	51.100	56.751
Alíquota vigente	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	<u>(6.362)</u>	<u>(17.374)</u>	<u>(19.295)</u>
Efeito das adições/exclusões do período:			
Diferenças permanentes (i)	697	1.116	926
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(5.665)</u>	<u>(16.258)</u>	<u>(18.369)</u>
Provisão para imposto de renda - corrente	(3.326)	(9.479)	(12.599)
Provisão para contribuição social - corrente	(1.307)	(3.650)	(5.028)
IRPJ diferido	(756)	(2.300)	(500)
CSLL diferido	(276)	(829)	(242)
Alíquota efetiva	30%	32%	32%

(i) As diferenças permanentes em referem-se substancialmente as adições oriundas de despesas com brindes, multas, patrocínio e exclusões por conta de incentivos fiscais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Incentivos fiscais	1.211	1.518
Brindes, multas, patrocínio, etc.	<u>(95)</u>	<u>(592)</u>
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	<u>1.116</u>	<u>926</u>

b) Movimentação do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>Movimentação</u>	<u>31/12/2023</u>
Benefício fiscal sobre ágio de controladora incorporada	4.921	(4.921)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.489	(621)	1.868
Provisões para riscos tributários e trabalhistas	1.308	(410)	898
Perdas ou ganhos não realizados com derivativos - "swap"	1.247	(1.145)	102
Provisão para bônus e PLR	271	(271)	-
Outras provisões (i)	4.325	1.663	5.988
Total de crédito tributário de IR e CS – Ativo	<u>14.561</u>	<u>(5.705)</u>	<u>8.856</u>
Capitalização de custos - desenvolvimento de softwares	<u>(4.031)</u>	<u>1.422</u>	<u>(2.609)</u>
Total de crédito tributário de IR e CS – Passivo	<u>(4.031)</u>	<u>1.422</u>	<u>(2.609)</u>
Total de crédito tributário de IR e CS	<u>10.530</u>	<u>(4.283)</u>	<u>6.247</u>

(i) Referem-se, substancialmente, a valores provisionados de honorários, despesas de informática, marketing, treinamentos e operacionais.

c) Expectativa de realização dos ativos e passivos diferidos:

A Administração avaliou a realização dos ativos diferidos, conforme plano de negócios, e a expectativa é que o benefício seja inteiramente consumido, conforme demonstrado a seguir:

<u>Ano</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
	Ativos diferidos	Ativos diferidos
2023	-	5.061
2024	7.014	5.112
2025	-	1.644
2026	39	199
2027	1.803	2.545
Total	<u>8.856</u>	<u>14.561</u>
<u>Ano</u>	Passivos diferidos	Passivos diferidos
2023	-	1.677
2024	1.144	889
2025	889	889
2026	576	576
Total	<u>2.609</u>	<u>4.031</u>

Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente líquido dos ativos fiscais diferidos estimados é de R\$ 6.968, considerado a taxa média de mercado.

d) Ativos fiscais correntes:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Impostos a compensar	5.877	5.284
Imposto retido sobre aplicação	619	2.020
Créditos de PIS e COFINS	-	204
Imposto retido sobre serviço	54	35
Total	<u><u>6.550</u></u>	<u><u>7.543</u></u>

9. IMOBILIZADO DE USO

a) Composição do imobilizado

	Taxa anual de depreciação - %	31/12/2023			31/12/2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Equipamentos de informática	20	7.688	(6.000)	1.688	8.720	(7.373)	1.347
Móveis e utensílios	10	498	(258)	240	498	(208)	290
Equip. de telecomunicação	10	78	(38)	40	83	(36)	47
Benfeitorias imóveis terceiros	20	2.200	(2.193)	7	2.200	(1.824)	376
Máquinas e equipamentos	10	15	(8)	7	15	(6)	9
Total		<u><u>10.479</u></u>	<u><u>(8.499)</u></u>	<u><u>1.980</u></u>	<u><u>11.516</u></u>	<u><u>(9.447)</u></u>	<u><u>2.069</u></u>

b) Movimentação do imobilizado:

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2023</u>
Custo:				
Equipamentos de informática	8.720	995	(2.027)	7.688
Benfeitorias imóveis de terceiros	2.200	-	-	2.200
Móveis e utensílios	498	-	-	498
Equipamentos de telecomunicação	83	-	(5)	78
Máquinas e equipamentos	15	-	-	15
Total	<u><u>11.516</u></u>	<u><u>995</u></u>	<u><u>(2.032)</u></u>	<u><u>10.479</u></u>
Depreciação:				
Equipamentos de informática	(7.373)	(645)	2.018	(6.000)
Benfeitorias imóveis de terceiros	(1.824)	(369)	-	(2.193)
Móveis e utensílios	(208)	(50)	-	(258)
Equipamentos de telecomunicação	(36)	(5)	1	(38)
Máquinas e equipamentos	(6)	(2)	-	(8)
Total	<u><u>(9.447)</u></u>	<u><u>(1.071)</u></u>	<u><u>2.019</u></u>	<u><u>(8.499)</u></u>
Líquido	<u><u>2.069</u></u>	<u><u>(76)</u></u>	<u><u>(13)</u></u>	<u><u>1.980</u></u>

10. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	Taxa anual de amortização - %	31/12/2023			31/12/2022		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software/internamente (*)	14,29	107.940	(53.012)	54.928	94.414	(41.373)	53.041
Software	20	12.768	(6.605)	6.163	12.768	(4.372)	8.396
Total		<u>120.708</u>	<u>(59.617)</u>	<u>61.091</u>	<u>107.182</u>	<u>(45.745)</u>	<u>61.437</u>

(*) Referem-se as horas de serviços de profissionais especializados em tecnologia necessárias para o desenvolvimento de novos softwares utilizados na operação da Companhia. A amortização dos gastos a partir da data de ativação é de sete anos, considerando o prazo de vida útil estimada da plataforma de tecnologia e a retenção desses clientes

b) Movimentação do intangível

	31/12/2022	Adições	Outras movimentações	31/12/2023
Custo:				
Software desenvolvido internamente	94.414	13.526	-	107.940
Software desenvolvido externamente	12.768	-	-	12.768
Total	<u>107.182</u>	<u>13.526</u>	<u>-</u>	<u>120.708</u>
Amortização:				
Software desenvolvido internamente	(41.373)	(11.503)	(136)	(53.012)
Software desenvolvido externamente	(4.372)	(2.233)	-	(6.605)
Total	<u>(45.745)</u>	<u>(13.736)</u>	<u>(136)</u>	<u>(59.617)</u>
Líquido	<u>61.437</u>	<u>(210)</u>	<u>(136)</u>	<u>61.091</u>

Os testes de recuperação são realizados anualmente, no levantamento do balanço ou na existência de indicadores de perdas, conforme descrito na nota explicativa nº 3. Por não haver indicador de perdas no exercício, findo em 31 de dezembro de 2023 não temos valores registrados decorrentes dos testes de "Impairment".

11. DEPÓSITOS

Referem-se a recursos recebidos de terceiros a título de repasse para pagamento de contratos dos clientes da Companhia, não sujeitos a nenhum tipo de remuneração. Estão apresentados conforme a tabela abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos	<u>87.653</u>	<u>84.018</u>
Total	<u>87.653</u>	<u>84.018</u>

12. TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO A LIQUIDAR

Referem-se a valores a pagar às instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento e estão apresentados conforme tabela abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Transações de pagamento a liquidar	10.179	97.341
Total	<u>10.179</u>	<u>97.341</u>

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a pagar a estabelecimentos (i)	98.210	137.791
Sociais e estatutárias – nota nº 16.c	71.521	36.463
Obrigações por serviços de instituições de arranjo (ii)	6.127	3.450
Fornecedores	5.837	29.898
Obrigações fiscais correntes	4.148	6.058
Obrigações trabalhistas	4.056	4.550
Outras contas a pagar (iii)	<u>24.232</u>	<u>27.032</u>
Total	<u>214.131</u>	<u>245.242</u>

(i) Referem-se, substancialmente: R\$ 59.573 (R\$ 88.201 em 31 de dezembro de 2022) a valores de contratos emitidos e transacionados disponíveis para serem repassadas aos postos credenciados e R\$ 38.637 (R\$ 43.797 em 31 de dezembro de 2022) a valores de pedágio ainda não utilizado pelos usuários nos estabelecimentos credenciados.

(ii) Referem-se a valores de transferências em processamento solicitadas pelos portadores dos cartões.

(iii) Referem-se substancialmente a saldos de fornecedores coligados, pagamento de títulos de parceiros e provisões diversas de pagamentos.

14. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos de natureza tributária e trabalhista. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e por seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação de eventuais perdas.

Em 31 de dezembro de 2023, a movimentação do saldo das provisões para ações judiciais encontra-se demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	Adições (Reversões)	Pagamentos	<u>31/12/2023</u>
Tributários (i)	2.577	-	-	2.577
Trabalhistas (i)	775	(25)	(61)	689
Cíveis (ii)	66	40	(43)	63
Total	<u>3.418</u>	<u>15</u>	<u>(104)</u>	<u>3.329</u>

- (i) Refere-se substancialmente às provisões constituídas para fazer frente a eventuais discussões judiciais relativas a matérias tributárias e trabalhistas para quais não há ações judiciais ou outros questionamentos ajuizados. O saldo provisionado refere-se ao risco de encargos (INSS) sobre os serviços de terceiros.
- (ii) Correspondem às provisões representadas por ações de natureza cível no qual há probabilidade de perdas prováveis conforme opinião dos assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro, o saldo das ações judiciais com probabilidade de perda possível é de R\$ 1.619 (R\$1.580 em 31 de dezembro de 2022), sendo R\$175 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022) relativas as ações judiciais de natureza trabalhista, R\$1.217 (R\$1.358 em 31 de dezembro de 2022) as ações judiciais de natureza cível e R\$227 relativas as ações de natureza tributária (R\$222 em 31 de dezembro de 2022).

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Com base na Resolução BACEN nº 59/20, a Companhia passou, desde o exercício de 2021, a elaborar anualmente o estudo atuarial sobre a aplicação do CPC 33 – Benefícios a empregados, relativos a benefícios pós emprego de plano de saúde, que resultou no montante de provisão de R\$499 (R\$688 em 31 de dezembro de 2022).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$27.897 (R\$27.897 em 31 de dezembro de 2022) representados por 3.680.200 (3.680.200 em 31 de dezembro de 2022) ações no valor nominal de R\$7,58 (R\$7,58 em 31 de dezembro de 2022) cada uma, assim distribuídas:

	<u>%</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ticket Soluções HDFGT S.A.	<u>100</u>	<u>27.897</u>	<u>27.897</u>
Total	<u>100</u>	<u>27.897</u>	<u>27.897</u>

b) Reserva legal

Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social da Companhia. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar o prejuízo e aumentar o capital.

c) Dividendos

Em 30 de novembro 2023 foi deliberada a distribuição de dividendos conforme abaixo:

- (i) Dividendos intermediários com a distribuição de reservas de lucros de exercícios anteriores no valor total de R\$ 1.958;
- (ii) Dividendos intercalares do exercício social de 2023 no valor total de R\$ 20.792.

O art. 24 do Estatuto Social da Companhia prevê que as ações representativas do capital social receberão como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, o valor equivalente a 95% do lucro líquido, depois de deduzidos a reserva legal.

Diante disso, foram provisionados a título de complemento dos dividendos mínimos obrigatórios o montante de R\$ 12.308, perfazendo o montante total de 95% sobre o resultado do exercício de 2023.

d) Reserva de capital

O valor de R\$ 48.261 registrado na rubrica “Reserva especial de ágio” é decorrente da incorporação reversa da sua então controladora indireta Ticket Participações S.A. em 1º de dezembro de 2013, constituindo-se reserva especial de ágio, prevista no artigo 1º da Instrução nº 349/01 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, representativa do benefício fiscal relacionado à amortização do ágio. A parcela da reserva especial correspondente ao benefício fiscal auferido poderá ser, no fim de cada exercício social, capitalizada em proveito do acionista controlador, com a emissão de novas ações.

e) Outros resultados abrangentes

A movimentação da parcela efetiva da marcação a mercado no exercício dos instrumentos financeiros derivativos, classificados como “hedge” contábil de fluxo de caixa e o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais referente aos benefícios de longo prazo e pós emprego oferecidos pela Companhia estão demonstrados conforme tabela abaixo:

“Hedge” contábil de fluxo de caixa:

	<u>Saldo Principal</u>	<u>IR e CS diferido</u>	<u>Saldo Líquido</u>
Saldo em 31/12/2022	<u>(3.667)</u>	<u>1.247</u>	<u>(2.420)</u>
Movimentação	<u>2.294</u>	<u>(780)</u>	<u>1.514</u>
Saldo em 30/06/2023	<u>(1.373)</u>	<u>467</u>	<u>(906)</u>
Movimentação	<u>1.073</u>	<u>(365)</u>	<u>708</u>
Saldo em 31/12/2023	<u>(300)</u>	<u>102</u>	<u>(198)</u>

Benefícios a empregados:

	<u>Saldo Principal</u>	<u>IR e CS diferido</u>	<u>Saldo Líquido</u>
Saldo em 31/12/2022	<u>1.115</u>	<u>(379)</u>	<u>736</u>
Movimentação	-	-	-
Saldo em 30/06/2023	<u>1.115</u>	<u>(379)</u>	<u>736</u>
Movimentação	304	(103)	201
Saldo em 31/12/2023	<u>1.419</u>	<u>(482)</u>	<u>937</u>

17. PARTES RELACIONADAS

Conforme definições do CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresa a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares.

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro 2022, a Repom manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

a) Saldos e transações:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldos Patrimoniais:		
Outras contas a receber:		
Edenred Soluções de Mobilidade e Instituição de Pagamento HU S.A.	761	-
Ticket Soluções HDFGT S.A.	664	313
Ticket Serviços S.A.	417	25
Ticket Gestão em Manutenção EZC S.A.	78	42
Frete Soluções e Tecnologia S.A.	-	39
Frete Log HES Ltda.	-	10
Total	<u>1.920</u>	<u>429</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Outras contas a pagar:		
Ticket Soluções HDFGT S.A.	(1.661)	(2.125)
Ticket Serviços S.A.	(1.359)	(1.187)
Edenred Soluções e Instituição de Pagamento AHA S.A.	(9)	(887)
Ticket Gestão em Manutenção EZC S.A.	-	(23)
Edenred Serviços Empresariais Ltda.	-	(1)
Total	<u>(3.030)</u>	<u>(4.223)</u>

O resultado das transações com partes relacionadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontram detalhados a seguir:

	<u>2º semestre 2023</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas com prestação de serviço:			
Ticket Serviços S.A. (i)	(22)	(937)	(972)
Despesas com compartilhamento de serviços (ii):			
Ticket Soluções HDFGT S.A.	(1.947)	(4.575)	(4.716)
Ticket Serviços S.A.	(61)	(3.110)	(4.877)
Edenred Soluções de Pagamentos HYL A S.A.	-	-	(281)
Total	<u>(2.030)</u>	<u>(8.622)</u>	<u>(10.846)</u>

- (i) Referem-se ao fornecimento de benefícios (Ticket Refeição, Ticket Alimentação, Vale Transporte) aos funcionários da Repom.
- (ii) Referem-se ao compartilhamento de serviços (back office, SAC, recolha de notas, operacional e comercial) entre as empresas do Grupo Edenred.

b) Remuneração dos membros do conselho de administração e da diretoria

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi de R\$ 487 (R\$ 791 em 31 de dezembro de 2022). Esse valor foi registrado na rubrica “Despesa de pessoal” e inclui somente os benefícios de curto prazo.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2023</u>		<u>2022</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Receitas de prestação de serviços (i)	70.123	163.339	186.445
Resultado de intermediação financeira (ii)	6.581	16.637	23.789
Impostos sobre serviços (iii)	(6.478)	(15.732)	(18.610)
Total	<u>70.226</u>	<u>164.244</u>	<u>191.624</u>

- (i) As receitas de prestação de serviços correspondem às receitas com clientes e estabelecimentos, provenientes do consumo do cartão Repom pelo portador nos postos credenciados, as taxas fixas mensais cobradas sobre manutenção de serviços e consumo dos cartões Repom, as tarifas sobre as operações de saque Visa, gestão de despesa, taxa de adesão, taxa de manutenção, mensalidade e gestão de TAG, taxa de inatividade e intermediação de negócios.
- (ii) As receitas de intermediação financeira estão detalhadas a seguir:

	<u>2023</u>		<u>2022</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Resultado de títulos de renda fixa	7.937	19.501	25.657
Resultado com derivativo – “SWAP” Pré fixado x CDI	(1.356)	(2.864)	(1.868)
	<u>6.581</u>	<u>16.637</u>	<u>23.789</u>

- (iii) Referem-se aos valores com impostos (regime cumulativo e não cumulativo): ISS (2%), PIS (0,65% e 3%), COFINS (1,65% e 7,6%) e INSS (11%).

19. DESPESAS POR NATUREZA

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais liquidas por natureza está demonstrado a seguir:

	2023		2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Gastos com prestação de serviço	(15.808)	(45.399)	(53.071)
Gastos com pessoal	(9.565)	(19.732)	(22.810)
Gastos com assessoria, consultoria e auditoria	(8.701)	(14.259)	(8.240)
Depreciação e amortização - notas nº 9 e 10	(7.339)	(14.807)	(14.128)
Despesas de materiais, propaganda e publicidade	(3.259)	(8.309)	(9.684)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - nota nº 7	(1.954)	(2.358)	(3.962)
Despesas com aluguéis	(726)	(1.400)	(1.116)
Despesas com locomoção	(415)	(710)	(574)
Gastos com informática, comunicação e manutenção	(261)	(584)	(768)
Outras despesas administrativas	(728)	(228)	(5.711)
Despesas tributárias	(5)	(16)	(4)
Perda na baixa de imobilizado - nota nº 9	-	(13)	(116)
Outras despesas operacionais líquidas (i)	(7.613)	(13.731)	(13.276)
Total	(56.374)	(121.546)	(129.498)

Classificadas como:

	2023		2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Custo dos serviços prestados	(18.323)	(51.543)	(60.153)
Despesas de pessoal	(8.313)	(17.430)	(19.966)
Assessoria e representação	(8.701)	(14.259)	(8.240)
Depreciação e amortização	(7.339)	(14.807)	(14.128)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.954)	(2.358)	(3.962)
Participações estatutárias no lucro	(1.252)	(2.302)	(2.844)
Outras despesas administrativas	(1.005)	(1.377)	(5.504)
Outras despesas operacionais líquidas	(9.487)	(17.471)	(14.701)
Total	(56.374)	(121.546)	(129.498)

- (i) O saldo de outras despesas operacionais contempla os custos do Centro de Serviços Compartilhados e rateio de serviços de informática.

20. RESULTADO FINANCEIRO

	2023		2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas financeiras (i)	7.161	13.674	4.997
Despesas financeiras (ii)	(2.301)	(5.271)	(10.372)
Resultado financeiro	4.860	8.403	(5.375)

- (i) Referem-se substancialmente a receitas financeiras sobre saldo remanescente dos cartões.
- (ii) Referem-se as substancialmente a despesas com tarifas bancárias diversas e taxa sobre garantias das operações junto a bandeira Visa.

21. LUCRO POR AÇÃO

A Companhia possui apenas ações ordinárias. A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ações ou com característica de patrimônio líquido, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação.

O lucro por ação, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, está demonstrado a seguir:

	2023		2022
	2° Semestre	Exercício	Exercício
Lucro Líquido	13.048	34.842	38.382
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares) utilizadas na apuração do lucro por ação	3.680	3.680	3.680
Lucro por lote de mil ações- R\$	3,55	9,47	10,43

22. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCO

Gerenciamento da estrutura de capital e riscos

Visando o atendimento à Circular BACEN nº 3.681/2013, a Repom, adota uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades da instituição e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os riscos sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados, mitigados.

A Repom possui e segue a política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

a) Risco operacional

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, o risco e a complexidade de suas operações, com base em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a Companhia, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

b) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não ser capaz de: i) honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e ii) não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

A Companhia gerencia o risco de liquidez, sendo os investimentos efetuados em instituições financeiras de primeira linha e mantendo saldos de caixa e aplicações financeiras suficientes para honrar seus compromissos.

Mais informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez da Repom podem ser encontradas no documento publicado em nosso site (<https://www1.repom.com.br/quem-somos>).

Risco cambial

A Companhia não está direta e significativamente exposta ao risco cambial, pois todos os seus ativos e passivos são denominados em reais.

“Hedge” de fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui estrutura de “hedge” contábil de fluxo de caixa, com o objetivo de compensar riscos decorrentes da exposição a variação de taxa de juros de suas aplicações financeiras registradas na rubrica de “Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos”.

Para estruturar a operação, a Companhia contratou um instrumento financeiro derivativo de “swap” junto ao Banco Itaú S.A., no valor de referência de R\$ 70.000, com vencimento em 2 de outubro de 2024, substituindo a taxa variável pela taxa fixa anual.

O “swap” foi considerado de hierarquia de nível 2 para o cálculo de valor justo, mensurado com base nos preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de “fluxo de caixa descontado”, nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado.

c) Gerenciamento de capital

De acordo com a Circular nº 3.681/13, as instituições de pagamento emissoras de moeda eletrônica estão obrigadas a manter, permanentemente, Patrimônio Líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela Companhia nos últimos 12 meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém o capital mínimo regulatório exigido.

d) Garantias concedidas

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha contratada uma operação de garantia internacional da Edenred S.E., no valor de US\$100.000, tendo como beneficiária a Mastercard Intl. Incorp. NY.

23. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Sociais e estatutárias (*)	<u>35.058</u>	<u>36.463</u>

(*) Referem-se a provisão de dividendos mínimos obrigatórios conforme previsto no estatuto social da Companhia.

24. EVENTO SUBSEQUENTE

Não houve nenhum evento subsequente à data base desta Demonstração Financeira que necessite de divulgação.

Douglas Almeida Pina
Diretor Presidente

Viviane Pampin Rodriguez
Diretora Financeira

Karina Cortez Barbosa
Contadora CRC-1SP 292472/O-2